

ETCHEGOYEN, ALCIDES

*militar; rev. 1930; ch. pol. DF 1942-1943.

Alcides Gonçalves Etchegoyen nasceu em Porto Alegre no dia 3 de março de 1901, filho de Ramon Vicente Etchegoyen e de Brandina Gonçalves Etchegoyen.

Fez os estudos preparatórios em seu estado natal e assentou praça em março de 1918, saindo aspirante a oficial de artilharia em 1921. Em maio do mesmo ano foi promovido a segundo-tenente, e no ano seguinte a primeiro-tenente.

Como revolucionário, ficou conhecido por ter liderado a chamada Coluna Relâmpago, que tentou promover um levante em 1926 com a finalidade de impedir a posse de Washington Luís, eleito presidente da República. Nessa ocasião, servia ao lado de seu irmão Néelson Etchegoyen no Regimento de Artilharia Montada de Cruz Alta (RS). Os dois irmãos sublevaram a unidade, atacando em seguida o quartel da Brigada Militar, comandado pelo coronel Aníbal Barão. Sem apoio de outras unidades, a luta durou poucas horas e os revolucionários escaparam. Chefiadas por Osvaldo Aranha, as forças legalistas perseguiram os revoltosos e, no combate, Osvaldo Aranha foi ferido no calcanhar.

Em 1930, ao lado, entre outros, do antigo adversário Osvaldo Aranha, combateu pela revolução no Rio Grande do Sul, participando do grupo de comando revolucionário. Após a tomada de Porto Alegre, o tenente Alcides Etchegoyen foi comissionado no posto de coronel e assumiu o comando do primeiro destacamento gaúcho que partiu para o Rio de Janeiro no dia 5 de outubro de 1930. No dia 12 de outubro, travou o primeiro combate sério na divisa Paraná-São Paulo. No Rio, seu grupo dominou a Carta Geral do Brasil, o Colégio Militar e a Companhia de Estabelecimentos, entre outras unidades.

Anistiado em novembro de 1930, foi promovido a capitão. Nesse posto, serviu na chefia do estado-maior da 3ª Região Militar (3ª RM), no Rio Grande do Sul. Em dezembro de 1931, ocorreu o chamado Pacto Militar de Poços de Caldas, reunindo Juarez Távora, Osvaldo Aranha e Góis Monteiro. Preocupados com o rumo institucionalizador que a situação vinha tomando, os três líderes definiram no encontro um programa de ação capaz de defender o espírito revolucionário e de perpetuar a própria revolução. Etchegoyen, devido à sua intransigente defesa dos princípios que nortearam a Revolução de 1930, foi nomeado, logo após o pacto, delegado militar revolucionário junto à 3ª RM.

Em janeiro de 1932, Etchegoyen escreveu a Getúlio Vargas informando-o da preocupação dos militares do Sul com a reforma eleitoral anunciada. Interessados no prosseguimento da revolução, esses militares achavam que a reforma não poderia ser feita antes de uma reforma administrativa e dos expurgos necessários. No dia 3 de fevereiro, Getúlio respondeu a Etchegoyen, informando-o extensamente sobre as obras do governo revolucionário e insistindo na necessidade de se restaurar as finanças do país antes da eleição de uma constituinte.

Promovido a major em 1933, Etchegoyen serviu como oficial de gabinete do ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, de dezembro de 1936 a maio de 1938. Nessa função, produziu informes sobre a situação militar no país. Em 1937, por exemplo, Benjamim Vargas transmitiu a Getúlio as impressões de Etchegoyen sobre o general Emílio Lúcio Esteves, executor do estado de guerra no Rio Grande do Sul.

Promovido a tenente-coronel ainda em 1938, Etchegoyen comandou o Grupo Escola de maio desse ano a novembro de 1939, deixando o posto para comandar o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) de Porto Alegre até dezembro de 1940. Assumiu então a chefia do estado-maior da 2ª Divisão de Cavalaria, em São Paulo, onde permaneceu até julho de 1942.

Nessa ocasião, era intenso o debate sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado das forças aliadas. No dia 4 de julho, realizou-se no Rio de Janeiro manifestação estudantil contra o torpedeamento de navios brasileiros por belonaves alemãs. Em consequência da realização do ato público, o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que o havia proibido anteriormente, deixou o cargo no dia 17 de julho de 1942. Imediatamente, Alcides Etchegoyen foi nomeado para substituí-lo. Em dezembro do mesmo ano, foi promovido a coronel.

Permanecendo no cargo de chefe de polícia até agosto de 1943, Etchegoyen teve uma atuação moralista, combatendo o jogo do bicho e a prostituição, e perseguiu as atividades políticas de oposição ao governo. Nesse sentido, dificultou particularmente a atuação da Sociedade Amigos da América, fundada em janeiro de 1943. A entidade exigia a participação do Brasil na guerra junto aos Aliados, a anistia política irrestrita e o reconhecimento da URSS, entre outros pontos. Em março de 1943, a sociedade lançou um manifesto onde acusava o coronel Etchegoyen, ao lado do também coronel Néelson de Melo,

de submeter seus associados a uma investigação por parte da polícia e de mobilizar o mecanismo do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) para impedir qualquer menção na imprensa à entidade e a seu presidente, o general Manuel Rabelo.

No dia 31 de agosto de 1943, Alcides Etchegoyen demitiu-se das funções de chefe de polícia do Distrito Federal, transmitindo o posto ao coronel Néelson de Melo. De novembro de 1943 a outubro de 1946 comandou o Grupamento Leste de Defesa da Costa, e nesse último ano foi promovido a general de brigada. Passou então a comandar a artilharia da 3ª RM, posto em que permaneceu até abril de 1948. Entre 1948 e 1950, comandou a Artilharia da Costa da 1ª RM, no então Distrito Federal. Fez o curso superior de guerra de 1950 a 1951, e de junho de 1951 a agosto de 1952 comandou o Núcleo da Divisão Blindada, no Rio de Janeiro.

Em 1952, ano de sua promoção a general de divisão, o Brasil negociou um acordo militar com os EUA. Etchegoyen colocou-se ao lado dos defensores do acordo, exigindo ao mesmo tempo medidas mais enérgicas contra os comunistas. No mesmo ano, eram intensas as discussões sobre a questão do petróleo no Clube Militar. Contrário à tese nacionalista, o general encabeçou a chapa da Cruzada Democrática nas eleições para a presidência do Clube Militar, concorrendo com a chapa liderada por Newton Estillac Leal. Realizadas em março de 1952, as eleições deram a vitória à chapa da Cruzada, e a partir de então ficaram proibidas as discussões sobre a questão do petróleo no clube. Nas eleições seguintes, realizadas em 1954, apoiou a chapa vitoriosa, encabeçada por Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora.

Em agosto de 1954, juntamente com outros generais, solidarizou-se com oficiais das outras armas, assinando um manifesto à nação onde se exigia a renúncia do presidente da República. Após a morte de Getúlio, quando membros da família do novo presidente, João Café Filho, foram acusados de tráfico de influência, o próprio presidente ordenou abertura de inquérito e nomeou Alcides Etchegoyen para presidi-lo. Este, alegando doença, pediu licença do encargo, o que foi negado. O inquérito acabou arquivado pela Justiça, que considerou a denúncia improcedente.

Ainda em 1954, ocupando o posto de inspetor da Artilharia da Costa e da Artilharia Antiaérea, encontrou-se com o presidente Café Filho e fez sérias restrições à política adotada pelo ministro da Guerra, o marechal Henrique Teixeira Lott, principalmente em

relação aos comandos. Afirmava que, dentro das forças armadas, estavam sendo favorecidos os grupos que defendiam a restauração do passado, e que o governo não contaria com apoio suficiente para assegurar o término do mandato caso essa situação persistisse. Em resposta, Café Filho reafirmou sua decisão de prestigiar as forças armadas através do respeito à hierarquia, o que explicava o fato de ter sido o ministro da Guerra o responsável pelo preenchimento dos comandos.

No final de 1955, parte das forças armadas envolveu-se na articulação do impedimento da posse do presidente e do vice-presidente eleitos, Juscelino Kubitschek e João Goulart. O primeiro passo do movimento seria a derrubada do ministro da Guerra. O presidente Café Filho, por sua vez, proibiu qualquer pronunciamento político por parte de militares, mas o general Zenóbio da Costa, inspetor-geral do Exército e amigo de Lott, infringiu a proibição e denunciou, através de um manifesto, o “golpe branco” que estava em andamento. A atitude do general Zenóbio custou-lhe a imediata exoneração do cargo. Entretanto, alegando motivos disciplinares, o marechal Lott pediu simultaneamente ao presidente a demissão do inspetor da Artilharia Antiaérea, Alcides Etchegoyen.

No dia 5 de novembro de 1955, enquanto Café Filho se encontrava hospitalizado, a *Tribuna da Imprensa* noticiou que o presidente comunicara a Lott não achar conveniente a designação do general Etchegoyen para o comando da Zona Militar Norte, em Recife.

Poucos dias depois, na madrugada de 11 de novembro, o marechal Lott acionou tropas do Exército para depor o presidente interino Carlos Luz, acusado de ligações com a corrente golpista. Os generais Alcides Etchegoyen e Álvaro Fiúza de Castro, recebidos por Lott no palácio do Catete, acusaram-no de atitude violenta por ter movimentado as tropas, ouvindo do ministro que este assumia total responsabilidade pelo gesto. Até que a situação se definisse, os dois oficiais ficaram detidos. Etchegoyen ficou internado no hospital militar e o general Fiúza confinado no próprio gabinete do marechal Lott. No mesmo dia 11 de novembro, o Congresso, convocado em caráter extraordinário, considerou Carlos Luz impedido e deu posse a seu substituto legal, Nereu Ramos.

Mantendo-se em firme oposição a Juscelino e a Lott, Alcides Etchegoyen morreu no dia 17 de junho de 1956.

Casado com Regina Guedes Etchegoyen, deixou três filhos. Um deles, Léo Guedes Etchegoyen, viria a ser, então coronel, assessor do presidente Emílio Garrastazu Médici.

Amélia Coutinho

FONTES: ARQ. MIN. EXÉRC.; BIJOS, G. *Clube*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CARONE, E. *Segunda*; COHN, G. *Petróleo*; COUTINHO, L. *General*; *Encic. Mirador*; ENTREV. GUEDES, P.; FERREIRA FILHO, A. *História*; FONTOURA, J. *Memória*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; LOVE, J. *Regionalismo*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1934 e 1952); MIN. GUERRA. *Subsídios*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*.